

Revista de Administração e Contabilidade

Volume 17, Ano 2025

Feira de Santana, ID edição: 10.29327/2508556.17.1

ISSN: 2177-8426

Educação financeira sob a ótica dos servidores técnico-administrativos de uma instituição de ensino superior (IES) da Paraíba

Jucimar Casimiro de Andrade

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Email: jucimarcandrade@gmail.com

Alessandra de Fátima Camargo Godoi

Universidade de Brasília (UnB)

Email: camargoalessandraf@gmail.com

Resumo

Este artigo teve como objetivo geral analisar a visão dos servidores técnico-administrativos de uma IES de João Pessoa - Paraíba sobre o tema educação financeira. A base metodológica foi pautada em uma revisão da literatura, de abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória, por meio do recorte de alguns conceitos de autores e documentos vinculados ao tema e que fossem mais contributivos aos estudos em questão, bem como à identificação de evidências das práticas diárias dos sujeitos da pesquisa, ora apontados. Assim, reportar à educação e, dentro desta, à educação financeira e à alfabetização financeira, bem como identificação dos dados e informações das principais instituições que pesquisam e mensuram os dados educacionais, foi possível encontrar as categorias de análises favoráveis à compreensão de que os servidores públicos têm um certo grau de conhecimento sobre os temas relacionados à educação financeira, apesar dessa experiência relevar-se presente apenas no campo das vivências cotidianas; sendo que a maioria, apesar de nunca ter passado por um programa de capacitação na área, demonstra interesse em educar-se financeiramente.

Palavras-Chave: Educação Financeira. Servidor Público. Dívidas e Investimentos.

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo impõe cada vez mais o fortalecimento do papel da educação, tendo ela uma função primordial no desenvolvimento e formação do cidadão. Assim, tem-se percebido a relevância da inserção de conceitos que englobam a Educação Financeira no contexto escolar, pois tal iniciativa auxilia no desenvolvimento do país e de seus habitantes, tornando-os cidadãos conscientes, críticos e responsáveis em relação aos ímpetus e às oportunidades financeiras (Oliveira; Stein, 2015).

Segundo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF/2011), [...] a Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua

compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos [...] (Enef, 2011, p. 20).

A educação financeira é um tema contemporâneo transversal na educação, ou seja, deve ser tratada de forma que os professores aproveitem todos os espaços dentro e fora das salas de aula, incluindo formas lúdicas. Ela deve ser desenvolvida por professores de qualquer componente, preferencialmente de forma transdisciplinar, podendo ser trabalhada em disciplinas de geografia, história, biologia, com lições sobre sustentabilidade, entre outros. Assim, é necessário levar a educação financeira para todos os espaços e contextos, já que cada indivíduo aprende de acordo com suas características pessoais, valores e suas experiências vividas (Sousa, 2014). Portanto, é crucial que as políticas públicas e programas governamentais sejam avaliados e aprimorados continuamente. É preciso garantir que essas iniciativas sejam eficazes e atinjam seus objetivos de disseminar conhecimento financeiro para a população brasileira, promovendo uma mudança positiva no comportamento e nas atitudes em relação ao dinheiro (Guimarães, 2022).

O interesse pela educação financeira e pela realização dessa investigação científica veio em decorrência de ser um tema que sempre fez parte da minha vida acadêmica e profissional e, por ser servidor público, ter presenciado situações em que colegas relatavam passar por dificuldades financeiras mesmo recebendo salários acima da média de mercado o que levou a querer pesquisar e entender quais seriam os motivos pelos quais isso acontece. Pressupõe-se ser fundamental que a Educação Financeira seja compreendida como uma jornada contínua, que se inicia na infância e se estende ao longo da vida adulta. É importante promover o desenvolvimento de habilidades financeiras desde cedo, por meio de uma abordagem pedagógica que seja adequada à faixa etária dos estudantes e que estimule o aprendizado de forma lúdica e prática.

Pelos argumentos acima expostos, esse estudo, o qual resultou no presente artigo, visa responder à seguinte problemática: qual a visão dos servidores técnico-administrativos de uma instituição de ensino pública da Paraíba sobre temas relacionados à educação financeira?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação e Alfabetização Financeira

Os avanços nos sistemas educacionais a nível mundial estão sempre em busca de qualidade em seus processos de ensino-aprendizagem; sobretudo, em países marcados historicamente por resultados educacionais mais frágeis, como nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) sustenta que nos países mais desenvolvidos há inserção de temas ligados à educação financeira desde a mais tenra idade, sabe-se que essa temática é tratada de forma transversal e inserida gradativamente nas vivências e experiências da comunidade escolar.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, que inclui o objetivo de promover a inclusão financeira e a educação financeira como parte integrante do desenvolvimento sustentável e também pela OCDE, que segundo dados divulgados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, 2022), aponta que o Brasil é o 4º pior país em competência financeira de jovens, destacando que há uma relação entre pobreza e dificuldade de fazer contas financeiras básicas, comuns no dia-a-dia de um adulto. Os Princípios para Inclusão Financeira Inovadora do G20 foram criados em 2010, com o objetivo de fornecer orientações para os países membros do grupo sobre como promover a inclusão

financeira. O quinto princípio menciona a importância da educação e capacitação financeira, destacando que é necessário promover a alfabetização financeira para que as pessoas possam tomar decisões informadas e responsáveis sobre seu dinheiro (Rocha, 2021). Nas últimas duas décadas muito se discutiu, estudou e pesquisou sobre educação financeira, como a homologação da Estratégia Nacional de Educação Financeira em 2010 (Decreto N. 7.397/2010), atualizada em 2020 pelo Decreto N. 10.393. Em 2023 novos avanços foram observados com a edição da Lei nº 17.979, que consiste na difusão de conhecimentos sobre ingresso, participação e promoção de atividades empreendedoras no mercado, além de noções de planejamento financeiro e participativo em mercados de capitais e investimentos em escolas municipais do estado de São Paulo.

Partindo da base conceitual, nota-se que há uma gama de definições envolvendo o tema finanças dentro das inúmeras bases teóricas consultadas para a confecção desse estudo; assim, recortou-se alguns deles para a construção de uma discussão teórica mais efetiva.

Ferreira (2016) afirma que Educação Financeira refere-se ao conhecimento ou ao entendimento sobre a importância do dinheiro e do seu uso, pois ela se preocupa em explicar o funcionamento das atividades financeiras, como juros, financiamentos, empréstimos, poupanças, parcelamentos, créditos, com o objetivo de proporcionar aos cidadãos uma leitura mais clara da situação. Os recursos que podem ser utilizados para tornar acessível o conhecimento a respeito da educação financeira, são inúmeros, tais como textos, propagandas, revistas, internet (Cordeiro; Costa; Silva, 2018).

Os autores Pessoa, Muniz Júnior e Kistemann Jr (2018) defendem que a educação financeira deve desenvolver o pensamento acerca de aquisição, planejamento, utilização e realocação do dinheiro e dos serviços financeiros, e incentivar os alunos a se colocarem de forma mais analítica para evitar armadilhas financeiras. No entanto, é importante considerar os aspectos culturais e sociais da região onde as pessoas vivem e que suas escolhas não possuem apenas impactos financeiros, mas também políticos, sociais e ambientais. Enquanto, Rebello, Harres e Rocha Filho (2015) alertam que educar-se financeiramente não significa meramente ensinar o “uso de fórmulas matemáticas”, mas criar no cidadão uma consciência para melhor tomar decisões financeiras. Assim, educar financeiramente significa educar o cidadão, tendo a escola um papel social fundamental nessa direção (Araújo, 2009).

Já a Alfabetização Financeira é a capacidade de entender as finanças, mais especificamente, refere-se ao conjunto de habilidades e conhecimentos que permitem ao indivíduo tomar decisões para comprar novos produtos ou serviços (Ferreira, 2016).

Frezatti (2012) corrobora que a alfabetização financeira é a capacidade de tomar decisões adequadas na gestão de suas finanças pessoais. Essa definição gira em torno de resultados gerais ou resultados de escolhas financeiras, não nos diz quais, áreas de conhecimento ou competências tornam uma pessoa capaz de fazer boas escolhas. Até o fim da década de 1990, a alfabetização financeira no Brasil se resumia a recomendações de investimento de conhecedores sobre o tema, nas quais eram passadas informações sobre como aumentar o capital aplicado (Araújo; Calife, 2014).

D’Aquino (2007) alerta que a Educação Financeira no Brasil não é parte do universo educacional familiar, nem tampouco está presente no ambiente escolar. Assim, as crianças não aprendem a lidar com o dinheiro nem em casa nem na escola, e as consequências dessa situação configuram-se como fatores determinantes para uma vida de oscilações financeiras, com graves repercussões na vida pessoal e social do indivíduo e do país. É importante frisar

que a cultura brasileira foi construída com bases sólidas em uma economia instável, que sofreu mudanças significativas somente pós plano real e que uma parcela significativa da população ainda não tem acesso aos serviços bancários básicos, além de ter um baixo conhecimento sobre produtos financeiros (Savoia; Saito; Santana, 2007). Deste modo, Educação Financeira, em todos os níveis de ensino, é muito relevante, pois é um mecanismo de formação para a cidadania, tendo em vista que, por meio do conhecimento, a pessoa poderá decidir sobre a melhor forma de fazer uso do dinheiro (Lamberty, 2014), uma vez que os indivíduos que tomam decisões financeiras mais inteligentes e sustentáveis tendem a contribuir para o desenvolvimento econômico e a estabilidade financeira da nação (Leal, 2015). O tema tem se destacado como um tema de extrema relevância nos últimos anos. Com a crescente complexidade do cenário econômico e o impacto direto das crises financeiras na vida das pessoas, a importância de uma formação sólida nessa área tornou-se evidente. O país enfrenta desafios significativos em termos de inclusão financeira, desigualdade social e falta de conhecimento sobre planejamento financeiro (Olivieri, 2013).

Nota-se, em princípio, que os autores têm, por vezes, opiniões convergentes, divergentes ou complementares, mas nem sempre convergentes em sua totalidade. Todavia, o presente estudo irá conduzir para análises mais robustas a partir dos elementos da pesquisa realizada.

2.2 Percurso Histórico da Educação Financeira no Brasil

Araújo e Calife (2014) afirmam que a educação financeira teve sua origem no Brasil no final do século XIX, quando surgiram as primeiras caixas econômicas, que tinham como objetivo incentivar a poupança entre a população. Durante a década de 1950, com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a educação financeira ganhou impulso e passou a ser disseminada por meio de campanhas publicitárias e materiais educativos.

Segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil, 2019): “Iniciativas de educação financeira aumentaram 72% em cinco anos”. O tema começou a ser discutido com mais ênfase em 2010, quando foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Mas foi em 2017 que ganhou força, com a inclusão de educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental (Bezerra Filho; Espíndola, 2021).

Historicamente, a entrada da educação financeira propriamente dita no Brasil se deu através do Programa Educação Financeira nas Escolas nos anos de 2010 e 2011, com a colaboração do Banco Mundial. Com esse projeto piloto para os discentes do ensino médio a ENEF levou a educação financeira para cinco estados do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais e Tocantins (Correia; Frascaroli, 2019). Para Silva *et al.* (2018), o Brasil, além de não ter uma cultura baseada na educação financeira de qualidade, está, no momento, passando por uma experiência de crise econômica, que atinge todas as classes sociais, principalmente a classe de renda baixa. Com isso, juntando o fato da falha educação financeira à cultura de consumismo no país e o déficit econômico atual, estas classes acabam encontrando-se em situações cada vez mais críticas. Nessa perspectiva, diversos países, entre eles o Brasil, estão procurando inserir estratégias nacionais para o progresso do nível de educação financeira da população. Algumas ações introdutórias, como a integração da educação financeira na BNCC já está avançando, ao direcionar seus esforços, por meio do currículo estruturado, às crianças e adolescentes. Portanto, a Educação Financeira pode ser um instrumento poderoso para promover a inclusão, garantindo que todos os cidadãos possam tomar decisões informadas e seguras em relação ao seu dinheiro (Krugger, 2014).

No Brasil, a educação financeira, nas escolas, é um tema sobremaneira importante, porque a população brasileira ainda tem dificuldades de administrar os recursos financeiros de forma eficaz. Compreende-se que a escola pública é um ambiente adequado para se discutir sobre esse assunto, uma vez que a gestão da escola pode ser feita de forma transparente e compartilhada com a comunidade acadêmica. Nesse sentido, abre-se caminho para que os estudantes se sintam ativos não só academicamente, mas também como promotores de sugestões e de soluções para os problemas da escola (Oliveira; Costa, 2019, pág. 4).

Diante desse panorama, tanto o governo quanto a sociedade têm implementado medidas para combater os problemas gerados pela falta de educação financeira. O governo federal, por meio do Programa Nacional de Educação Financeira (PNEF, 2010) realizou campanhas e criou programas de crédito com juros mais baixos para a população de baixa renda. Nesse programa, a sociedade representada por organizações não governamentais, instituições financeiras e empresas, contribui com cursos, palestras e programas de educação financeira.

Apoiada pela Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais, que em seu Art. 14, definem BNCC como:

Um conjunto de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais” (Brasil, 2010).

Amparada na Constituição Federal de 1988 e na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao apontarem a necessidade de “conteúdos mínimos” no currículo escolar, o Brasil implementou, em 2015, um importante documento curricular: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), direcionada à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Este documento desempenha um papel fundamental ao incluir a Educação Financeira como um componente curricular obrigatório; ela reconhece a importância de preparar os estudantes para enfrentarem desafios econômicos ao longo da vida. Com sua implementação, espera-se que os alunos adquiram habilidades essenciais para tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis (Tavares; Pilão 2023). Segundo Godoi e Tiné (2021), a BNCC torna-se uma referência capaz de orientar o direito de aprender e de se desenvolver dos estudantes da Educação Básica, preservando a diversidade e a inclusão de todos; assim, a BNCC percorreu seu caminho para ser, finalmente, construída com a participação de diferentes segmentos da sociedade, em um processo que durou aproximadamente dois anos.

Portanto, inserir a educação financeira como parte do currículo escolar é uma estratégia promissora para capacitar os jovens desde cedo a lidar com questões financeiras, pois essa pode ser uma estratégia fundamental para reduzir o nível de endividamento e promover uma educação financeira sólida, construindo uma sociedade mais justa e equilibrada do ponto de vista econômico

2.3 Finanças Pessoais

Tem-se observado nos últimos anos uma expansão massiva de influenciadores digitais produzindo conteúdo envolvendo temas relacionados à educação financeira como: investimentos, poupança, dívidas etc. Esse fenômeno é em grande parte acompanhado por uma série de indivíduos interessados em conhecer mais sobre o mundo financeiro e suas oportunidades. Nesse contexto, a concepção de finanças está atrelada, entre outros aspectos, a conhecer a si próprio; e, para isso, é imprescindível que as finanças pessoais estejam organizadas, especialmente em relação às dívidas. Assim, o tema Finanças Pessoais é atual e

aborda o comportamento e conceitos financeiros das pessoas em lidar com dinheiro e como se planejar financeiramente, por exemplo, no financiamento, orçamento doméstico, cálculo de investimento, gerenciamento de conta corrente, plano de aposentadoria, acompanhamento de patrimônio e acompanhamento de gastos como tarefas relacionadas com finanças pessoais (Leal; Santos; Costa, 2020).

Sousa e Torralvo (2008) alertam que a todo momento os indivíduos têm que tomar decisões financeiras e que essas decisões poderão impactar por toda a vida pessoal delas; assim, aprender a administrar as finanças pessoais é um desafio que muitos não conseguem encarar com sucesso. Nesse caso, para que os adultos sejam indivíduos responsáveis financeiramente, é preciso a introdução de uma base sólida de conceitos e ferramentas que tratem sobre a importância da educação financeira ainda quando se é jovem (Matsumoto *et al.*, 2013). Já para Martins (2004), é considerável o número de pessoas que não abordam os temas relacionados à educação financeira no ambiente familiar. Tem-se, em contraste, famílias despreparadas para as decisões financeiras, bem como para atuarem na educação financeira dos filhos, de modo a contribuir sobremaneira para o aumento no endividamento e, até mesmo, na inadimplência da população brasileira atualmente.

Nesse contexto, gerenciar as finanças pessoais sempre foi um grande desafio para os brasileiros, especialmente em um país que não tem uma cultura de educação financeira e que vive imerso em instabilidades sociais, políticas e principalmente econômicas de longa data. A capacidade de entender e administrar as finanças pessoais são uma habilidade de extrema importância na vida do ser humano, se os indivíduos não são capazes de entender desvios do sistema financeiro, não estão aptos a administrar de forma efetiva suas finanças pessoais (Donadio, 2014).

Ferreira (2006) define finanças pessoais como o processo de administrar o dinheiro, tanto em curto quanto em médio e longo prazo. Em outros termos, as finanças pessoais se preocupam em definir como, quando, com quem, por que e enquanto tempo vai gastar o dinheiro. Fernandes, Monteiro e Santos (2011) complementam que as finanças pessoais se relacionam à gestão do próprio dinheiro, passando pela organização de contas, administração de receitas, aplicações financeiras, previsão de rendimentos e priorização de investimentos. Portanto, a educação financeira é fundamental para capacitar as pessoas a gerenciarem eficazmente suas finanças pessoais e tomar decisões informadas sobre dinheiro. Ela desempenha um papel crucial em diversos aspectos da vida, proporcionando benefícios significativos que podem mudar os rumos da vida de uma pessoa (Groppelli; Nikbakht, 2012).

Saito (2007) alerta que obter êxito na gestão das finanças pessoais não está relacionado unicamente ao nível de recursos financeiros acumulados pelo indivíduo durante a vida, mas à capacidade de planejar a disponibilidade destes, para a realização de projetos pessoais e familiares. Não obstante, a educação financeira constitui um campo necessário de intervenção educacional, uma vez que, não é costume nas famílias brasileiras o diálogo acerca de temas como dinheiro, orçamento familiar, e tópicos relacionados às finanças pessoais (Oliveira e Frascaroli, 2020).

Assim, ter finanças organizadas contribui não só para a tomada de decisão, mas também para se tornar mais consciente e organizado e encontrar a felicidade. Uma felicidade menos efêmera e mais duradoura não porque o levará à prosperidade e riqueza, mas porque trará uma paz interior e uma vida mais equilibrada (Sousa *et. al.*, 2018). As finanças pessoais lidam com o dinheiro e como é feito o controle dos gastos no decorrer do tempo, de forma que não haja excesso de gastos excessivos e descontrole nas dívidas. Logo, é relevante possuir

conhecimentos sobre educação financeira visto que isso traz benefícios não somente para a pessoa e sua família, mas para a sociedade

2.4 A Importância da Educação Financeira para a Redução do Endividamento

O Brasil ainda sofre com um grande número de inadimplentes, pessoas que, por inúmeros motivos, contratam empréstimos e fazem financiamentos abusivos, e por falta de conhecimento e de planejamento não conseguem honrar os compromissos assumidos, ficando endividados e tendo que pagar acréscimos oriundos de multas, juros, entre outros encargos financeiros. Essa situação resulta, em última análise, em um panorama de extrema vulnerabilidade econômica que o coloca em um cenário de difícil reversão.

De acordo com dados Confederação Nacional do Comércio (2023), o endividamento das famílias brasileiras foi de 76,6% que têm dívidas a vencer em cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e da casa. O maior percentual de dívidas em atraso (36,6%) ficou com os consumidores de baixa renda, com até três salários-mínimos, sendo o cartão de crédito o mais usado pelos endividados, e atingiu 87,7% do total de devedores. Assim, devido ao crescimento do consumo, muitas pessoas estão contraindo dívidas, comprometendo grande parte de suas rendas e, como consequência, se tornando inadimplentes (Santos; Silva, 2014).

Dados do Serasa Experian (2023) apontaram que a maior parte dos brasileiros inadimplentes tem entre 41 e 50 anos, sendo que a taxa de inadimplência entre os idosos foi a que mais cresceu. Esse dado reforça que ao longo da vida as pessoas poupam pouquíssimo, ao mesmo tempo em que se endividam. Esse é número expressivo que salta aos olhos e que representa, de fato, a realidade de grande parte da população brasileira, atolada em dívidas e sem qualquer perspectiva de quitação, uma mazela com consequências diretas não somente econômica como também de ordem psicológica, afetando a autoestima do cidadão, o seu bem-estar e a sua saúde mental. Assim, a ausência de conhecimentos financeiros é considerada um dos fatores que agravam esta estatística. Uma situação de inadimplência pode levar um indivíduo a realizar mais de um financiamento e chegar a uma situação de múltiplo endividamento (Claudino; Nunes; Silva, 2009). Quando o indivíduo está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas, têm-se o que Marques e Frade (2003) chamam sobre endividamento. Ele pode ser dividido em dois tipos: ativo ou passivo. No primeiro, o indivíduo contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, já o segundo é resultado de circunstâncias não controláveis pelo mesmo (Brusky; Magalhães, 2006).

Para Tolloti (2007), uma pessoa é considerada “endividada” quando ela não cumpre suas obrigações financeiras com atrasos entre 1 mês e 3 meses, podendo ser um endividamento passivo ou ativo. O endividamento passivo ocorre quando situações imprevistas e eventuais acontecem alheias à vontade da pessoa. Já o endividamento ativo é quando ocorre uma má gestão financeira, dívidas originadas de más escolhas. Nota-se que a falta de educação financeira tem sido um fator importante no agravamento desse cenário. Muitas pessoas assumem dívidas sem planejamento adequado e sem conhecimento sobre juros e outras taxas que podem comprometer ainda mais a renda familiar. A falta de educação financeira também dificulta a criação de uma reserva de emergência, o que torna as famílias ainda mais vulneráveis em momentos de crise (Olivieri, 2013).

É importante salientar que o endividamento pode estar relacionado a inúmeros fatores sendo o desemprego apenas um deles. Ganhar um baixo salário também pode ser fator do

endividamento, mas ao analisar particularmente cada situação, pode-se dizer que em boa parte dos casos, as famílias se endividam por gastarem mais do que a renda adquirida. E isso não acontece apenas com quem ganha pouco. O maior problema não está no crescimento da economia, mas sim, na má gestão financeira das famílias e na falta de políticas públicas do Estado nesta área, principalmente, se for considerada a desigualdade social do brasileiro (Savoia; Saito; Santana, 2007).

Para Krüger (2014), a ausência de conhecimento financeiro pode levar a escolhas prejudiciais, resultando em endividamento excessivo, inadimplência e, em casos extremos, falência pessoal. A falta de planejamento financeiro compromete a estabilidade e o bem-estar do indivíduo, limitando suas oportunidades de crescimento e realização de objetivos. Consequentemente, a falta de educação financeira, tanto nas escolas quanto nas famílias, é um dos principais agravantes desse cenário, pois o endividamento em larga escala afeta a sociedade, gerando desigualdades e aumentando a vulnerabilidade econômica de diversos grupos, além de contribuir para a perpetuação do ciclo de pobreza, prejudicando o desenvolvimento social e a equidade entre os cidadãos (Primon, 2017).

Educar financeiramente as crianças e jovens, assim como adultos e idosos impacta positivamente no desenvolvimento do país, diminuindo as taxas de inadimplência e levando a população a ter uma melhor qualidade de vida. Isso pode gerar impactos econômicos, sociais e ambientais, pois apesar de parecer que o assunto é apenas sobre como administrar seu dinheiro, diversas situações cotidianas necessitam de conceitos relacionados (Brönstrup; Becker, 2016). As implicações diretas na economia do país e o endividamento generalizado pode reduzir o consumo, impactando negativamente diversos setores e contribuindo para a recessão. Além disso, a inadimplência gera efeitos cascata, afetando a estabilidade financeira das instituições e comprometendo a confiança dos investidores.

Torna-se, portanto, necessário compreender as causas e consequências do endividamento familiar e da falta de educação financeira no Brasil, a fim de buscar soluções que possam auxiliar as famílias a terem uma vida financeira mais saudável e segura

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa compreende um estudo de caráter qualitativo realizado por meio de uma revisão bibliográfica e documental na qual investigou-se o tema educação financeira com o objetivo de responder ao problema cujo cerne envolve temas como poupança, gastos e investimento no âmbito dos servidores técnico-administrativos lotados em um IES de João Pessoa - Paraíba. Para Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Gil (2002) acrescenta que a abordagem qualitativa estabelece uma relação entre mundo e pesquisados, não sendo possível ser traduzida de forma quantitativa.

Sabe-se que a pesquisa descritiva permite a obtenção de maior compreensão das diferentes características que envolvem determinado fenômeno (Raupp; Beuren, 2006). Neste sentido, a pesquisa descritiva foi realizada visando dar maior compreensão às diferentes interfaces do assunto em questão com uso de materiais como livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso em nível de graduação e pós-graduação; além disso, a pesquisa possui um caráter exploratório com o objetivo de se estabelecer uma familiaridade com o tema geral abordado.

Nesse contexto, essa pesquisa classifica-se também como um estudo de caso, uma vez que o *locus* de estudo foi um Centro de Ensino da IES que conta atualmente com aproximadamente 55 servidores técnico-administrativos atuando diretamente em setores administrativos e pedagógicos em nível de graduação e pós-graduação. Para Marconi e Lakatos (2010) um estudo de caso é uma abordagem de pesquisa que envolve uma análise profunda e detalhada de um caso específico. Esse caso pode ser uma pessoa, um grupo, uma organização, um evento ou uma situação, e o objetivo é obter uma compreensão abrangente do caso em seu contexto real.

Como instrumento de pesquisa elegeu-se o questionário estruturado que, segundo Gil (2002) compreende uma forma de coletar dados de maneira sistemática e organizada por meio de perguntas predefinidas e formatadas de maneira padronizada. Esse tipo de questionário segue uma estrutura específica, com perguntas cuidadosamente elaboradas e opções de resposta fixas. Geralmente, é utilizado em pesquisas quantitativas, onde o objetivo é obter dados objetivos e mensuráveis.

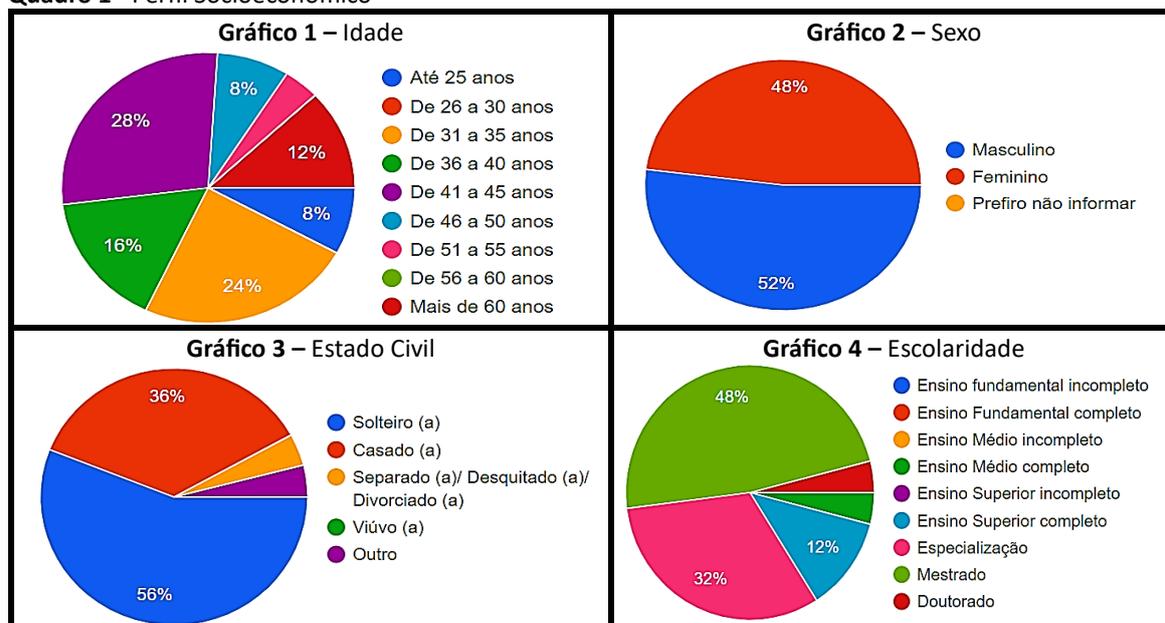
Quanto ao questionário, foi composto de 15 perguntas objetivas e fechadas, elaboradas e organizadas com o auxílio do *Google forms*[®]. Esse questionário foi enviado aos e-mails pessoais e institucionais de todos os 55 servidores atualmente ativos; além disso, o link do questionário também foi enviado via grupo de *WhatsApp* que congrega boa parte dos servidores do centro. Essa aplicação ocorreu entre os dias 01 e 29 de fevereiro de 2024, obtendo-se retorno de 25 questionários até fechamento, portanto, 45% de respondentes em tempo hábil.

Cabe salientar que os resultados das 15 perguntas foram agregados em 4 categorias para facilitar análise e a compreensão dos dados, a saber: perfil socioeconômico, educação financeira e hábitos de consumo, dívida e endividamento, poupança e investimentos.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

A seguir encontram-se os resultados dos questionários categorizados em quatro grupos conforme similaridade das respostas.

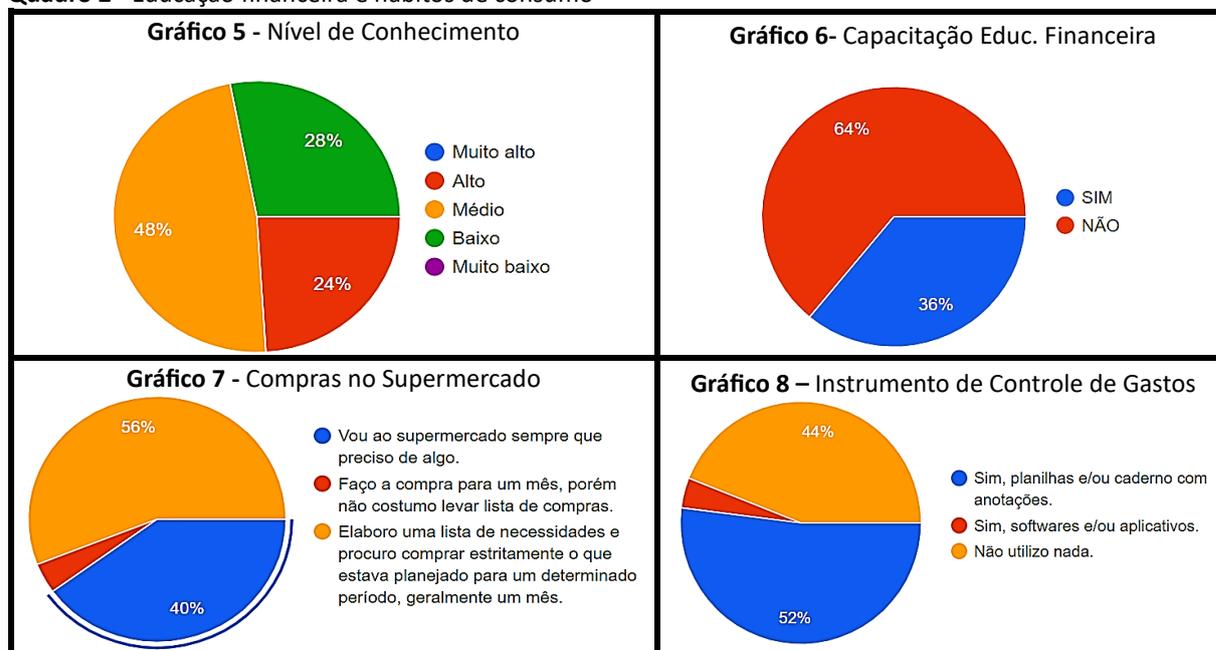
Quadro 1 - Perfil Socioeconômico



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Em relação à Categoria Perfil Socioeconômica observa-se nos Gráficos de 1 a 4, que a maioria dos respondentes tem entre 31 e 45 anos de idade, 56% se declararam solteiro(a) e 36% se declararam casados (as). Quanto ao grau de instrução, a maioria possui pós-graduação sendo 32% afirmaram ter especialização e 48% ter mestrado. Em sua maioria os entrevistados são jovens, homens, solteiros e encontram-se academicamente habilitados.

Quadro 2 - Educação financeira e hábitos de consumo



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

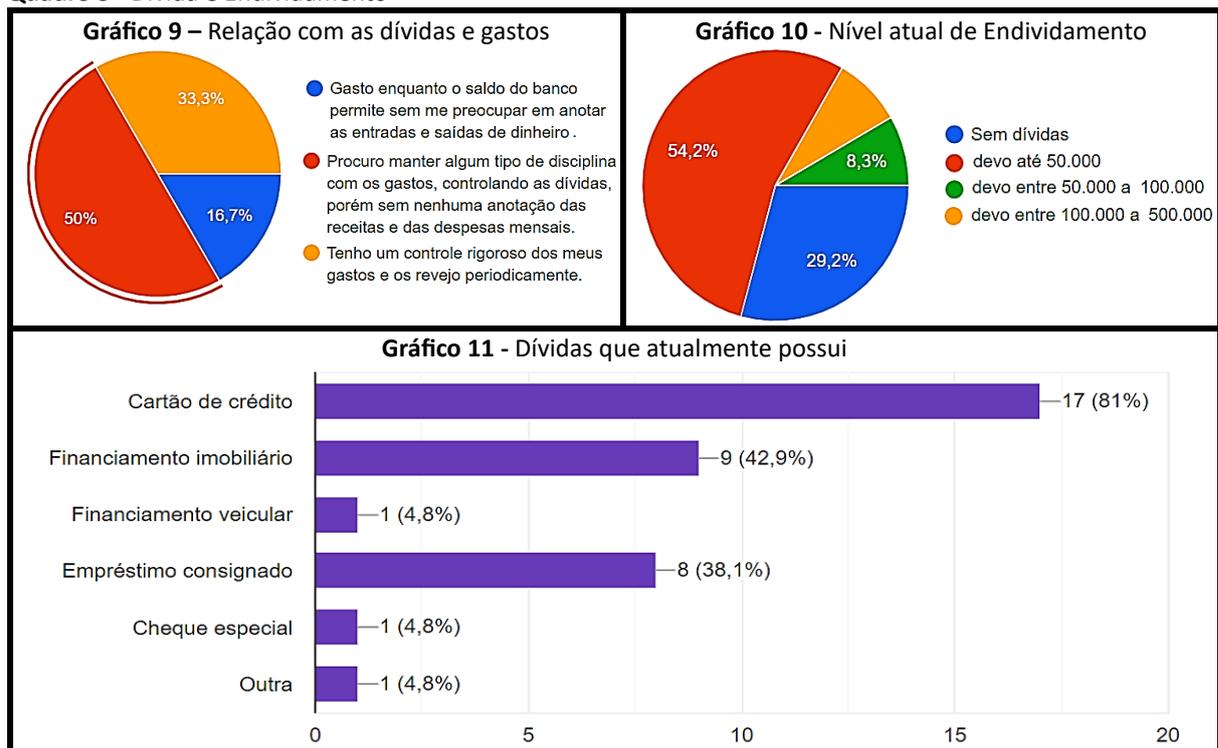
A segunda categoria encontrada Educação Financeira e Hábitos de Consumo, o Gráfico 5, relativo ao nível de conhecimento, verifica-se que 48% dos entrevistados possuem nível médio, seguido de 25% com nível baixo e 24% com nível alto. Entende-se que o nível de conhecimento sobre educação financeira ainda é baixo na amostra analisada. Segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018), a falta de educação financeira pode levar a problemas como endividamento excessivo, má gestão financeira e dificuldades no planejamento do futuro. Por outro lado, indivíduos financeiramente educados têm maior probabilidade de tomar decisões mais informadas e alcançar maior estabilidade financeira ao longo da vida. Assim, difundir a educação financeira entre os servidores vai além da disseminação do conhecimento, envolve também um olhar profundo para o ser humano, seu comportamento e suas decisões (Oliveira; Fracaroli, 2020).

No Gráfico 6, os dados apontam um dado ainda mais preocupante no escopo da pesquisa, pois 64% afirmam que nunca receberam capacitação sobre educação financeira. Segundo Kappler e Lusardi (2019), para que a inserção da educação financeira nas organizações públicas seja realizada, é necessário identificar qual é a atual situação financeira dos servidores públicos, certificando-se dos seus anseios e procurando desmistificar o conceito de educação financeira, procurando promover mudanças em seus hábitos e costumes em relação ao uso do dinheiro.

Ao compor o Gráfico 7 (Compras no supermercado), 56% revelaram que elaboram uma lista de compras quando vão ao supermercado, 40% afirmaram que vai às compras quando precisa de algo e 14% afirmaram que faz compras mensal e não usa lista. Nota-se aqui que o hábito de levar lista é um hábito pouco utilizado pelos participantes da pesquisa. Já o Gráfico

8 (Instrumento de controle de gastos), 52% afirmaram que usam alguma forma de controlar de gastos e 44% que não usa nada, enquanto 3% relataram que usam software ou aplicativos. Esses dados mostraram um certo grau de preocupação com o controle dos gastos por parte de alguns servidores, mas ainda é possível verificar que boa parte deles ainda não adota hábitos saudáveis de consumo. Lopes e Rollemberg (2017) alertam que sem reflexão sobre os hábitos de consumo, os cidadãos acabam gastando além do permitido por sua renda mensal, chegando ao endividamento. Assim, a falta de sensibilidade sobre educação financeira pode acarretar uma má administração do dinheiro, prejudicando a rotina familiar e social dos funcionários públicos e de suas famílias.

Quadro 3 - Dívida e Endividamento



Fonte: dados da pesquisa (2024)

Na quarta categoria (Dívida e Endividamento), é possível observar (Gráfico 9) que 50% dos respondentes mantêm alguma disciplina em relação aos gastos, 33,3% têm um controle mais rigoroso e 16,7% não tem nenhum tipo de controle de gastos. Segundo Silva, Silva Neto e Araújo (2017), são inúmeras as situações que podem levar ao endividamento de um servidor público, isso pela facilidade e disponibilidade de crédito oferecido no mercado. Por isso, é necessário compreender os aspectos relacionados à educação financeira, especialmente quanto aos hábitos de consumo, investimentos, percepção de risco, nível de endividamento social para determinar as causas. Além de ter estabilidade financeira é importante ter hábitos e cultura para manter-se organizado; por isso, é preciso que haja um controle das finanças pessoais (Sousa *et al.* 2018).

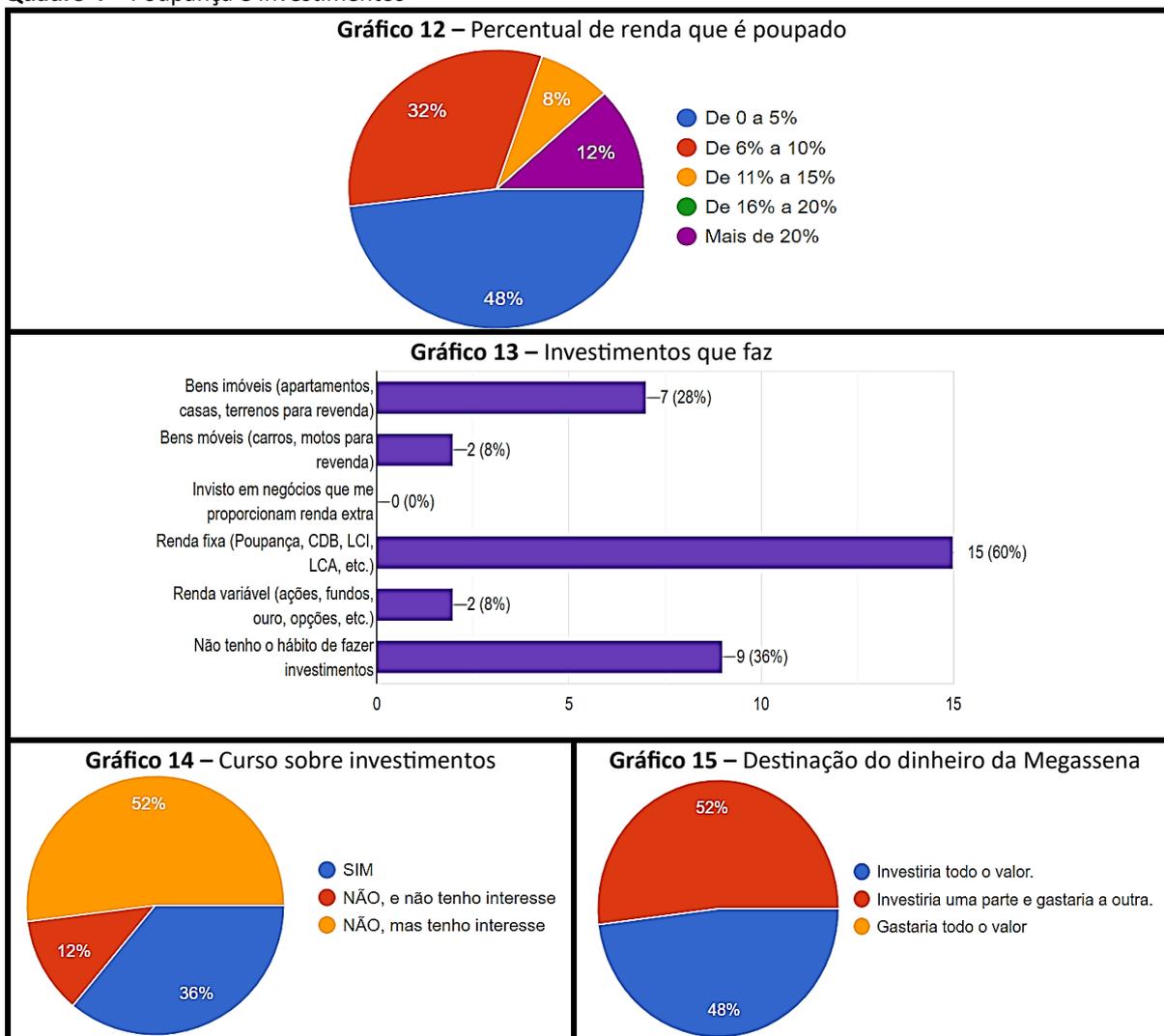
O Gráfico 10 (Nível de Endividamento) aponta que em uma escala de 50 mil a 500 mil reais, 29,2% dos respondentes dizem estar sem dívidas, 54,2% consideram-se pouco endividados (até 50 mil), 8,3% muito endividado (de 50mil a 100 mil) e, 8,3% afirmaram estar superendividados (acima de 500 mil). Assim, para que possamos compreender esses dados, é importante fazer uma distinção entre dívida e endividamento. A dívida compreende um valor

específico que representa uma obrigação financeira, enquanto o endividamento é uma medida mais ampla da quantidade total de dívidas que uma pessoa tem relação a algum parâmetro financeiro, como receita por exemplo (SPC, 2020).

Observando o Gráfico 11 (Dívidas atuais), é possível destacar que 81% dos respondentes têm dívida no cartão de crédito, 42,9% têm financiamento imobiliário e 38,1% possuem empréstimo consignado em folha de pagamento e 1% afirma ter financiamento veicular. Assim, embora os funcionários públicos gozem de maior estabilidade o emprego, nem sempre conseguem se livrar de grandes dívidas. Isso ocorre, pois, um funcionário público estável se torna muito procurado por bancos e instituições financeiras que oferecem ofertas supostamente vantajosas, mas com o tempo, isso pode se tornar um problema, afetando sua vida financeira (Verly, 2018).

Cabe destacar que, um servidor público demasiadamente endividado pode ter seu desempenho no trabalho afetado por estar sendo pressionado e achar que não ganha o suficiente para viver no padrão de vida que lhe satisfaz (Oliveira; Frascaroli, 2020). Por outro lado, um servidor livre de endividamento foca nos serviços que presta e não se ausenta do trabalho para resolver problemas financeiros (Pacheco; Rosa, 2016).

Quadro 4 - Poupança e Investimentos



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Em relação à quarta e última categoria (Poupança e Investimentos), é possível observar, através do Gráfico 12 que 48% poupam até 5% da renda, 32% poupam entre 6% e 10% e apenas 12% poupam acima de 20% da renda, 8% poupam entre 11 e 15% dos seus salários. Em relação a esse quesito, não há uma percentagem fixa nem consenso entre educadores financeiros, pois a quantidade que se deve guardar todos os meses depende principalmente da renda, metas e idade de cada um, mas o percentual de 20% já é um bom começo nessa jornada.

O Gráfico 13 (Investimentos próprios), 60% afirmaram que investe em renda fixa, poupança principalmente, 36% que não investe em nada e 28% que investe em bens imóveis para revenda, 8% diz investir em renda variável e 8% entendem que bens imóveis para revenda são seus investimentos, ninguém afirmou ter renda extra. Esses resultados corroboram os dados anteriores, pois presume-se que indivíduos que não têm o hábito de poupar dificilmente têm o hábito de investir. Vale salientar que existe uma diferença entre poupar e investir: poupar significa economizar, e isso envolve mudar o comportamento imediatista de receber um dinheiro e, em seguida, gastá-lo. Para isso, é preciso se planejar de forma que as despesas sejam inferiores à renda obtida. Quanto a investir, significa fazer o dinheiro economizado render, passando a dar frutos. Portanto, investimento é uma consequência da poupança (Martins, 2023).

Em relação à participação em cursos sobre investimentos (Gráfico 14), 52% afirmaram que nunca fez, mas que tem interesse, 36% que já fez algum e 12% que não fez e não tem interesse. O questionamento feito sobre destinação de dinheiro da Mega Sena, conforme Gráfico 15, buscou captar a intenção dos respondentes em um cenário hipotético de recebimento inesperado de um grande volume de dinheiro, como é o caso de ganhar na Mega Sena; assim, 52% responderam que investiria uma parte e gastaria outra, enquanto 48% investiriam tudo, nenhum dos respondentes afirmou que gastaria todo o valor. Segundo Bessa (2022), ao se deparar com uma 'montanha de dinheiro', o ganhador da Mega-Sena tende a pensar que esses recursos são inesgotáveis e inicia um processo insustentável de gastos a médio e longo prazos; assim, o dinheiro deve ser aplicado com consciência e os gastos devem estar restritos ao que os investimentos rendem.

Destarte, visando controlar suas despesas, é imprescindível que cada servidor público procure educar-se financeiramente; assim, é importante que as entidades públicas procurem ajudar seus funcionários, com orientações, palestras e cursos, que os façam refletir sobre sua vida financeira e como usufruir de seu dinheiro de uma maneira saudável (Oliveira; Frascaroli, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira é um tema que vem ganhando cada vez mais campo nas mais diferentes áreas, especialmente entre setores que, historicamente, são conhecidos pela "estabilidade de renda", como é o caso dos servidores públicos em todos os níveis de governo. Assim, o presente estudo analisou o tema educação financeira sob a ótica dos servidores técnico-administrativos de uma instituição de ensino superior pública do estado da Paraíba, cujo dados foram reveladores de afirmações já consolidadas no estudo da arte, mas também pontos de atenção que merecem ser considerados face à prerrogativa de endividamento e superendividamento.

Nesse contexto, o estado da arte para a construção deste trabalho se fundamentou, entre outros aspectos, nos seguintes alicerces: compreensão geral sobre educação, envolvendo especialmente os conceitos básicos dos principais elementos que são necessários para um vida financeira mais saudável; educação financeira como fator capaz de transformar

cenários e perspectivas futuras; oferta e disponibilização de cursos e capacitações para agentes públicos lidarem com os desafios as tentações de crédito “fácil”, além da inclusão da temática financeira nos currículos escolares; finanças pessoais, envolvendo a compreensão e a importância da poupança e da aplicação em investimentos rentáveis; natureza das dívidas e do endividamento, além dos malefícios que eles podem trazer para as famílias, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Quanto à discussão dos dados e suas respectivas análises, foi possível verificar que muitos servidores públicos são constantemente abordados com propostas de empréstimos/financiamentos oferecidos por instituições financeiras que, em casos não raros, buscam induzi-los ao gasto excessivo ou à tomada de decisão que, a longo prazo trará perdas significativas e até irreparáveis em temas financeiros envolvendo assim mais de 30% de seus rendimentos o que é a recomendação de margem consignável.

As quatro categorias de análises indicaram importantes elementos para repensar junto aos envolvidos (instituição e participantes), sobre o controle das dívidas; de quais seriam as práticas e atitudes relacionadas aos investimentos e uso do dinheiro; a demanda de conhecimento e cursos a partir de suas vivências e experiências quotidianas; o endividamento e seus conceitos particulares e sociais, os atrativos de empréstimos facilitados e aprisionantes do ponto de vista de juros e parcelas; o hábito de poupar diante dos perfis de mais conservadores e mais audaciosos quanto aos investimentos de renda fixa, poupança e renda extra; a tomada de decisões não pautadas na racionalidade técnica e financeira plausível ao seus contextos pessoal e familiar; gestão assertiva dos gastos visando evitar situações de endividamento excessivo, não excluindo análises mais detalhadas que se queira implementar, a exemplo de gastos entre homens e mulheres, faixa etária e nível de escolaridade como variável de uso do dinheiro enquanto servidores públicos, dentre outros. Por outro lado, nota-se que ainda existe um certo desconhecimento em como poupar e investir de forma eficiente e eficaz. Essa constatação reforça a relevância do planejamento financeiro por parte do servidor e da adoção de iniciativas do próprio órgão visando à disseminação de conhecimento financeiro no órgão com o objetivo de combater prováveis ciclos de endividamento.

Enquanto pesquisador, foi possível compreender ao longo deste estudo algumas nuances da temática educação financeira e de suas implicações dentro do serviço público e as conclusões ora alcançadas proporcionaram insights sobre os problemas financeiros que os servidores públicos têm de enfrentar para que possam ter uma vida financeira mais saudável. De modo geral, o estudo apresentou algumas limitações pois não foi possível captar todas as características que permeiam as decisões financeiras que são tomadas pelos servidores, dada a complexidade e particularidade do contexto pessoal e profissional que cada um vive.

Além disso, embora tenha-se alcançado uma compreensão mais profunda do tema levantado, não foi possível afirmar que a amostra selecionada é representativa fiel do perfil financeiro de todo o Centro de Educação e da IES analisada. O aprendizado proveniente deste trabalho foi considerado valioso não apenas sob a perspectiva acadêmica, mas por contribuir para uma melhor elucidação de como os agentes públicos se comportam diante do uso do dinheiro e dos malefícios/benefícios que isso pode trazer. No entanto, a complexidade do tema também revelou que o problema da falta de educação financeira é multifacetado e pode ser influenciado por inúmeras outras variáveis, como fatores econômicos e psicológicos, por exemplo.

Não obstante, a pesquisa serviu para destacar a urgência de investir em programas de educação financeira acessíveis não apenas para servidores públicos, mas para todos aqueles que

necessitam de capacitação em temas centrais da prática financeira diária; pois isso pode funcionar como um elemento indutor do sucesso pessoal de cada indivíduo. Assim, espera-se que os resultados aqui apresentados estimulem novos estudos, incluindo espaços de investigação maiores e mais profundos, buscando melhor compreender a relação e a opinião dos agentes públicas sobre a educação financeira e seus impactos na vida financeira de cada um.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. C.; CALIFE, F. E. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. In J. Roberto Romeu Roque (org.), *Otimização na recuperação de Ativos Financeiros* (pp. 1-11). São Paulo: IBeGI, Editora, 2014.
- ARAÚJO, R. M. B. **Alfabetização econômica: compromisso social na educação das crianças**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009.
- BEZERRA FILHO, E. O.; ESPÍNDOLA, E. B. M. **Análise de Temáticas sobre Educação Financeira em livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental**. Em teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 12, n. 2, p. 1-24, 2021.
- BRÖNSTRUP, T. M.; BECKER, K. L. Educação financeira nas escolas: estudo de caso de uma escola privada de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS). **Revista Caminhos da Educação**, v. 8, n. 2, p. 19-44, 2016.
- BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. **Assessing in debt edness: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo**. International Labour Office, 2006. Disponível em <http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf> Acesso em: 8 de janeiro de 2024.
- CLAUDINO, L. P., NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: *Seminários em Administração. Anais [...] SEMEAD*, São Paulo, SP, 14, 2009.
- CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. **Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica**. *Ensino da Matemática em Debate*, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.
- CORREIA, M. M. S.; FRASCAROLI, B. F. **Iniciativas de educação financeira em uma escola pública integral de Campina Grande - PB**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). CCSA, Universidade Federal da Paraíba, 2019.
- D'AQUINO, C. **Educação Financeira: como educar seus filhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- DONADIO, R. **Educação Financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência**. (Tese de Doutorado), UNINOVE, São Paulo, SP, 2014.
- FERNANDES, B. V. R.; MONTEIRO, D. L.; SANTOS, W. R. Finanças pessoais: um estudo dos seus princípios básicos com alunos da Universidade de Brasília. In: *II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis. Anais [...]*, AdCont, 2011.
- FERREIRA, Â. M. de B. Educação financeira e modelagem matemática para uma aprendizagem significativa. **Cadernos PDE**, Paraná, v. 3, n.3, p. 1-28, 2016.
- FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro: manual de finanças pessoais**. São Paulo: Thomson, 2006. 160 p.
- FREZATTI, F. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODOI, A. C.; TINÉ, S. Z. S. **A Educação Financeira, a BNCC e o Currículo: contextos e desafios nas escolas públicas brasileiras**. In: Claudia M. J. Forte (organização). *Estratégia Nacional de Educação Financeira: em busca de um Brasil melhor*. 2. ed. São Paulo: Riemma Editora, 2021.

- GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração financeira**. 2ª ed São Paulo: Saraiva, 2012.
- GUIMARÃES, R. F. **Importância da educação financeira no ensino infantil e anos iniciais do ensino fundamental**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Teófilo Otoni, 2022.
- KAPPLER, L.; LUSARDI, A. Financial literacy and financial resilience: Evidence from around the world. **Financial Management**, p. 1–26, 2019.
- KRÜGER, F. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação). Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia, Concórdia, 2014.
- LAMBERTY, D. R. O uso da resolução de problemas no ensino de matemática financeira no ensino médio. **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 12, n. 2014.
- LEAL, L. P. **Gestão coletiva dos bens comuns na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: o caso de Matarandiba**. (Dissertação de Pós-Graduação). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.
- LEAL, S. C.; SANTOS, D. V.; COSTA, P. S. Perfil de Educação Financeira dos Discentes de Graduação e Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior Brasileiras. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 11, n. 1, p.11134 a 11134, 2020.
- LOPES, A.; ROLLEMBERG, G. **Educação financeira & consumo consciente**. Curitiba: Divulgação Cultural, 2017.
- MAGRO, C. B D.; GORLA, M. C.; SILVA, T. P.; HEIN, N. O efeito da família no comportamento financeiro de adolescentes em escolas públicas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, n. 1, 2019.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regulação sobre endividamento**. (Tese de Doutorado). Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2003.
- MARTINS, J. P. **Educação Financeira ao alcance de todos**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.
- MARTINS, R. **O que é educação financeira**. Associação Brasileira de Educadores Financeiros - ABEFIN, 2023. Disponível em: <https://abefin.org.br/o-que-e-educacao-financiera//>. Acesso em 03/02/2024.
- MATSUMOTO, A. S.; NEVES JÚNIOR, I. J. N.; BOURAHLI, A.; CARREIRO, L. Finanças pessoais: um estudo sobre a importância do planejamento financeiro pessoal. In: XXIV Encontro Anual da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. **Anais [...] ENANGRAD**, Florianópolis – SC, 2013.
- OLIVEIRA, A. C.; COSTA, F. G. **A educação financeira no ensino integral no município do Conde - PB: praticando conceitos através de uma horta escolar**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). CCSA, Universidade Federal da Paraíba, 2019.
- OLIVEIRA, R. P.; FRASCAROLI, B. F. **A difusão da educação financeira entre os servidores públicos do município de Cajazeiras- PB**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). CCSA, Universidade Federal da Paraíba, 2020.
- OLIVEIRA, S. S.; STEIN, N. R. A Educação Financeira na Educação Básica: um novo desafio na formação de professores. **Revista Universo Acadêmico**, v. 8, n. 1, p. 11-31, jan./dez., 2015.
- OLIVIERI, M. F. A. Educação Financeira. **Revista ENIAC Pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 43-51, 2013.
- PACHECO, V. A.; ROSA, A. C. A. Estresse: fatores e o grau de influência decorrente do atendimento ao público: estudo de caso em um Centro Clínico. **Revista Universitas Gestão e TI**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-31.

- PESSOA, C. A. S.; MUNIZ JUNIOR, I.; KISTEMANN JR, M. A. Cenários sobre educação financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de matemática. **Revista em teia**, v. 9, n. 1, 2018.
- PRIMON, S. M. **Educação financeira nas escolas**: uma proposta de ensino. (Dissertação de Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba – PR, 2017.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- REBELLO, A. P.; HARRES, J. B. S.; DA ROCHA FILHO, J. B. Educação financeira: Uma proposta pedagógica para alunos do ensino médio politécnico. **HOLOS**, v. 6, p. 308-314, 2015.
- RIBEIRO, C. T. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Caderno EBAPE**, n. 18, v. 3, jul./set., 2020.
- ROCHA, E. D. **Educação financeira para alunos do ensino médio**: abordagem investigativa sobre aprendizado em aulas de matemática. (Dissertação de Mestrado). Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Vitória – ES, 2021.
- SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: Um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira, BA, Brasil, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.
- SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA S. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista RAP**, v. 41, n. 6, pág 21 – 41, 2007.
- SILVA, et. al. Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. **Revista Principia**, n. 1 v. 41, 2018.
- SILVA, J.; SILVA NETO, O.; ARAÚJO, R. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n.2, p. 104-120, 2017.
- SOUSA, A. F. TORRALVO, C. F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro**: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SOUSA, A. F.; et al. **Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio: fundamentos e práticas**, 2 ed. Manole: Braueri-SP, 2018.
- SOUSA, M. V. **Educação financeira no Brasil** Belo Horizonte: UMA, 2014.
- TAVARES, C. S. L.; PILÃO, V. A importância de ensinar educação financeira nas escolas. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 12, n. 44, p. 148-164, 2023.
- TOLLOTI, M. **As armadilhas do consumo**: acabe com o endividamento. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2007.
- VERLY, M. E. L. **Finanças pessoais e educação financeira**: um estudo sobre o perfil dos servidores públicos do município de Jardim - Mato Grosso do Sul. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação). Universidade Federal de Grande Dourados, 2018.